

ATOS PELA EDUCAÇÃO MOBILIZAM TODO O PAÍS

Na terça-feira, 13/8, mais um tsunami varreu as ruas do Brasil protestando contra o sucateamento da Educação e o corte nos direitos dos trabalhadores. Foram registradas manifestações em 204 cidades por todo o país, reunindo não só estudantes, mas trabalhadores de diversas categorias que ergueram suas vozes protestando contra a reforma da previdência e as recentes medidas da PEC 881 que introduz perdas ainda mais profundas na legislação trabalhista.

Segundo cálculos dos organizadores cerca de 1,5 milhão de pessoas foram às ruas no dia 13/8, mostrando que o descontentamento contra o desgoverno Bolsonaro é latente.

As manifestações em defesa da educação somaram-se à 1ª Marcha das Mulheres Indígenas que na mesma data, 13/8, reuniu em Brasília mulheres de 113 povos indígenas sob o lema "Território: nosso corpo, nosso espírito". Também em Brasília, na quarta-feira, 14/4, aconteceu a Marcha das Margaridas, tradicional movimento reivindicatório das mulheres da América Latina que acontece a cada quatro anos.

A insatisfação geral contra o governo autoritário de Jair Bolsonaro e os desmandos que hoje ocorrem na América Latina cresce a passos largos. A Argentina mostrou nas suas eleições primárias o repúdio ao governo de direita de Macri. Novas ações devem ocorrer nos próximos meses contra o retrocesso que se abateu sobre o nosso continente.

A PUC-SP esteve presente às manifestações de 13/8 através de seus professores, estudantes e funcionários. Durante a realização do ato na Avenida Paulista a APROPUC e a AFAPUC realizaram uma aula pública em defesa da educação (veja matéria ao lado).



Acima a manifestação na Avenida Paulista; abaixo a aula pública dos professores Urbano Nobre e Francisco Fonseca

APROPUC e AFAPUC fazem aula pública na Paulista

Na terça-feira, 13/8, no vão livre do MASP, a APROPUC e a AFAPUC apresentaram uma aula pública em defesa da educação. O evento teve a participação dos professores Francisco Fonseca e Urbano Nobre.

A aula teve como base a explicação da construção do golpe desde 2016 e suas consequências que afetam gravemente o país em 2019. "Bolsonaro é a face mais soturna deste processo", disse o professor Francisco.

O ensino público e a previdência são os pontos mais atacados pela extrema direita, onde a destruição e violência são fatores reproduzidos pelo próprio presidente. Jair Bolso-

naro e seu governo, produzem discursos sem discernimento onde a resignificação da história é efetuada, com o objetivo de desarticular a oposição. Assim, surgiu a nova forma de poder: a desinformação.

Também foi apontado a criação da diretriz nacional orçamentária onde verbas são direcionadas para ação social dos trabalhadores, e essas receitas sofrem modificações desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

A crise mundial de 2008, globalização, lucro, tendências nacionais, desmonte da lei orçamentaria e desinformação foram temas debatidos na aula.

EDITORIAL

Deseducar

A lógica de mercado transformou o consumo em um processo de distinção social. Assim, o consumo se impregnou ao próprio trabalho: o trabalhador se considera como empregador ou empresário de si mesmo, que reproduz o ódio permanente ao mundo do trabalho, pois o identifica como lugar do labor e desprazer, transformando-se naquilo que Boris Groys identifica que “o trabalho é extremamente especializado, individualizado: ele nos separa das massas, sendo que o consumo a elas nos une.”

Essa massa de trabalhadores reproduz o imaginário discursivo neoliberal de serem empreendedores, em que os vínculos de autoexploração são identificados como a marca do vencedor, que precisam responder à demanda da complexidade da produção com criatividade, desempenho, inovação, boa vontade, iniciativa individual e flexibilidade. Enfim, são incorporados ao serviço até os afetos, imaginários e sonhos. Não basta só a carne e sangue, pois a sociedade do hiperconsumismo, segundo Byung-Chul Han, faz com que “Hoje a pessoa explora a si mesma achando que está se realizando; é a lógica traiçoeira do neoliberalismo que culmina na síndrome de burnout”.

Esses empreendedores são trabalhadores precarizados, e que não possuem consciência de classe, sem direitos de seguridade social, manipulados como prestadores de serviços, sem perspectivas de

futuro, pois o risco faz parte do negócio. No contexto de crise econômica e flexibilização, surgem cooperativas de autogestão ou trabalho associado como saída estratégica da crise. As empresas cooperativas Uber, 99 táxi, Ifood, Loggi são alternativas precárias ao desemprego e ao mundo do trabalho.

O desmonte do mundo do trabalho transformou essa massa em multidão incapaz de exercer “o governo de si mesma”, pois são tratadas como um conjunto de singularidades sem vínculos for-

tra os trabalhadores. Resta-lhes se organizarem para criar saídas coletivas capazes de seduzir a opinião pública a partir dos gritos, sofrimentos e protestos das ruas. E as ruas precisam ser reinventadas, pois encontram-se em disputa entre projetos que ameaçam destruir conquistas históricas na educação, saúde, moradia etc.

Para manter a taxa de lucro, as corporações do capital financeiro e agropênia, reforçadas pelo discurso necrófilo contra as periferias brasileiras forjou a aliança com o

lhadores, dos desempregados nas periferias

Precisamos resgatar a rua naquele espírito do espanto, como lugar capaz de enfrentar os limites domésticos da casa grande. As ruas são entes vivos que rompem costumes e tradições, em particular, quando vagueiam nas revoltas, em que nascem cidadãos que começam a viver a cidade de forma autônoma e com liberdade. As ruas, misteriosamente, exigem inteligência para perambular no caleidoscópio de performance polifônica dos músicos de ruas, gritos de inconformismo, lamentos que envolvem a sonora buzina do trânsito, que se soma às vozes de protestos, numa balburdia faceira.

Para enfrentar o projeto de desmonte da educação, teremos que trazer o movimento das ruas para os ambientes do convívio familiar, trabalho e das igrejas criando diálogos e consciências a partir desses valores públicos em defesa de uma sociedade transparente, autônoma e livre. A educação precisa ser atravessada pelas ruas, como democracia das massas, a partir da porosidade dos festins populares, com alegria e humor para desmontar a rigidez do conservadorismo. Por isso, resta-nos saudar o samba e Beth Carvalho para sacudir com arte este país: Vai o sol e vem a lua ô ô ô / Alegria continua / Nosso povo está em festa / É o pouco que nos resta / Nosso samba tá na rua.

“ *Para enfrentar o projeto de desmonte da educação, teremos que trazer o movimento das ruas para os ambientes do convívio familiar, trabalho e das igrejas criando diálogos e consciências a partir desses valores públicos em defesa de uma sociedade transparente, autônoma e livre.* ”

tes, que expressam o troca-troca do imaginário de justiça do trabalho pelo direito do consumidor. Entretanto, o consumidor despreza a política, pois são discursos críticos e negativos ao otimismo eufórico do capital, que mesmo em momento de crise, recessão e guerra encontra as oportunidades. Enfim, é o seu ser abutre de viver!

A despolitização faz parte desse poder catstrófico da crise, em que o ódio opera os impulsos anímicos da violência con-

projeto miliciano como alternativa de poder no Brasil. As populações periféricas são alijadas nesse jogo político e social restando-lhes como tarefa política o enfrentamento à banalidade do mal, da violência, da tortura, da morte, preconceitos e do imaginário atrasado e conservador dessa elite de tradição escravocrata, despótica, refém de um projeto nacional de desenvolvimento atrelado ao genocídio das populações indígenas, das populações quilombolas e dos traba-

Diretoria da APROPUC

A ameaça à representação dos funcionários nos conselhos

Como já noticiado na última publicação do PUCViva, no dia 7/8, o Consun iniciou a discussão para alteração do Regimento Geral da universidade necessária para adaptação/regulamentação do texto à nova redação do Estatuto que já está em vigor. Foram discutidos, neste primeiro momento, a composição e atribuições dos conselhos na universidade.

A plenária aprovou a proposta do GT, nomeado pela Reitoria, de que fosse solicitado aos Srs. Diretores de Faculdade sugestões para Composição dos Colegiados, com exceção do Consun e Consad, que já estavam definidos pelo Estatuto. Tais sugestões subsidiarão a discussão do Consun e há no encaminhamento da solicitação a recomendação de que tais sugestões fossem embasadas nas competências e funções definidas no Estatuto para cada órgão, como que se fosse envolvida a comunidade de cada unidade. Parece demo-

crático, não é?!

Contudo, na prática não é bem assim que as coisas vêm acontecendo e os funcionários estão vendo com preocupação os rumos que estão sendo tomados para nossa categoria.

Na reforma do Estatuto havia por parte do Conselho Superior a sugestão de diminuição do número de representantes administrativos no Consun tendo em vista que definia um por campi, o que diminuiria de nove para cinco funcionários.

A plenária aprovou a manutenção do texto anterior com a observância de mais um conselheiro, por conta da criação da faculdade de Estudos Interdisciplinares, contudo o Conselho Superior da Fundasp mais uma vez, fazendo uso da prerrogativa que possui, alterou o texto mantendo os 10 representantes, mas voltando a inserir a exigência de pelo menos um por campi. Quando recebemos essa nova redação ela já es-

tava aprovada, inclusive pelo Vaticano.

Preocupados em garantir o processo democrático e a paridade do corpo administrativo na plenária daquele egrégio conselho os funcionários solicitaram esclarecimento e apontaram a necessidade de se regulamentar esta questão por entender que no caso de vacância da representação em um dos campi, se fazia necessário ter regra clara para substituição, garantindo a paridade entre todos os representantes naquele órgão superior.

Após sanadas as divergências de "interpretação/entendimento" quanto à questão colocada pelos funcionários e os representantes administrativos terem esclarecido que a necessidade desta regulamentação estava se colocando apenas agora pelo simples fato da redação atual não ter partido da plenária e, portanto, não foi discutida, os conselheiros foram então informados pela Presi-

dente do Consun Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery que o assunto seria abordado no Regulamento do Conselho Universitário. Curiosamente, consultado tal Regulamento o mesmo remete esta questão ao Estatuto e ao Regimento...

Diante desta situação o que ficou claro é que teremos que aguardar o final das discussões do Regimento e ainda, aguardar a inclusão na pauta da revisão do Regulamento do Consun, que é definido por deliberação, para depois, quem sabe, termos regulamentado esta questão, que no nosso entendimento faz parte do Regimento da PUC-SP, pois o regulamento do Consun não parametriza a representação administrativa, prevista no Estatuto da PUC-SP.

Democrática a PUC-SP?! Um dia já foi... Fora dos muros continua sendo, mas na prática, internamente, será?!

Diretoria da AFAPUC

FALA COMUNIDADE

Mas afinal, cadê Multimeios?

O século 21 chegou chegando e para muitos essa ficha ainda não caiu. Tendo o camaleão como mascote, poucos sabem que na PUC-SP existe um curso de graduação, decorrente do curso de Semiótica da pós-graduação, que pretende idealmente estudar os fenômenos da comunicação e suas múltiplas possibilidades de expressão, além da produção e realização de novos produtos midiáticos. Então ecoa a pergunta, mas como um curso que discute temáticas importantes para os dias de hoje passa sempre tão

despercebido dentro e fora da instituição?

Nesta última quinta-feira, foi tomada mais uma decisão de apagamento do curso de Multimeios, onde já com as aulas em andamento e sem aviso prévio, as turmas do 4º período foram unificadas. Uma atitude que visa unicamente a economia com o curso, porém uma decisão que não leva em conta o já precário estado da graduação, que não vem oferecendo a infraestrutura e nem a atualização de conteúdo mínima para um curso que busca acompanhar o ritmo da contemporaneidade.

No entanto, será que a PUC-SP quer mesmo encerrar que a lei irreversível do tempo é a mudança, ou se tornará só mais uma instituição obsoleta?

A falta de investimento em um curso que trabalha com meios digitais de comunicação só mostra a preferência da faculdade para cursos que se mostram mais rentáveis para a instituição, porém, com mensalidade nada compatível com o que é oferecido aos alunos.

O quarto semestre do curso de Comunicação e Multimeios se mobilizou em busca de

uma posição da faculdade diante dos vários problemas que os estudantes estão passando.

E o tempo vai passando e vamos vendo bem ao longe, se algum dia esse orelhão vai cair.

Com tantos problemas enfrentados, os alunos se questionam, qual será o futuro do curso tendo em vista a desorganização na qual se encontra? Assim, a cada dia cresce a sensação de desestímulo diante de um curso que teria muito a oferecer mas que pouco se destaca, pouco se fala, se entende ou se escuta.

Estudantes de Multimeios

FALA COMUNIDADE

Controle ideológico explícito na CAPES

Willis Santiago Guerra Fº

Em 2011 um conjunto de professores, em geral de direito, das mais diversas universidades brasileiras, em diálogo com outros de países latino-americanos e ibéricos reuniram-se em Recife para realizar o I Congresso do Novo Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, com o apoio da Fundação CAPES, apoio este que se manteve durante as sete próximas edições do evento, em Ouro Preto (MG), Pirenópolis (GO), Foz do Iguaçu (PR), Manaus (AM), Fortaleza (CE) e Goiás Velho (GO), na maioria das quais estive presente como palestrante convidado.

É, portanto, um espaço já tradicional de debates qualificados, sempre organizados por programas de pós-graduação e envolvendo pesquisadores de reconhecido mérito, tanto nacionais como internacionais. A repercussão internacional dos eventos no Brasil consagrou o último dirigente nacional do movimento para o Novo Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, José Luís Quadros, dirigente do movimento internacional. É este congresso que em sua nona edição, planejada para Florianópolis (SC), na UFSC, perdeu o já justificadamente esperado apoio do principal órgão de fomento no país, a CAPES.

A justificativa para o indeferimento traz motivação de ordem totalmente ideológica, no pior sentido da expressão: "Organizado-

res e Palestrantes de elevada relevância para a comunidade de militância política na área do direito. O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política.

A CAPES não pode destinar verbas públicas para eventos, publicações ou formação de "cunho político ou partidário" (sic). Em tal justificativa desarrazoada percebe-se, já por isso, uma violação de princípio constitucional e de direito administrativo, o da razoabilidade, além daquele outro consagrado explicitamente na Constituição da República no art.

1º, inc. V, o do pluralismo político como fundamento do Estado, bem como os direitos e garantias fundamentais de liberdade de expressão do pensamento e da atividade, assim intelectual como científica, do art. 5º, incs. IV e IX respectivamente, além de princípio basilar e orientador da educação nacional, expresso do art. 206, inc. III, referente ao imperioso pluralismo de ideias.

Estas violações vêm acompanhadas de uma concepção absolutamente tacanha sobre o que seja a ciência e o direito, ao pretender que ambos possam e mesmo devam ser realizados de maneira desvinculada da política, a expressar noção epistemológica

de um positivismo que historicamente já vem sendo superado desde pelo menos o século XIX, quando já nos encontramos no XXI - ou, pelo menos, estávamos, em nosso país. Envio esta manifestação para publicação no jornal de nossa Associação de Docentes com cópia para o colega que tem assento no Conselho Superior da CAPES, com reunião marcada para 13/8, contando que terá o condão de provocar discussão e, de preferência, a reforma da esdrúxula decisão.

Willis Santiago Guerra Filho é Professor da Faculdade de Direito da PUCSP e diretor da APROPUC

Nota de Repúdio à Censura da CAPES e de Solidariedade à EMAE/UFSC

O grupo de pesquisa O Direito Achado na Rua, da Universidade de Brasília, com 30 anos de atuação destacada na área da pesquisa jurídica, e um dos mais antigos grupos do CNPQ, vem a público manifestar repúdio à violação da pluralidade e liberdade de cátedra promovida pela CAPES, por ocasião da negativa de fomento ao "Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia", bem como externar sua solidariedade ao organizador do evento, o Núcleo de Estudos Avançados em Meio ambiente e Economia no Direito Internacional (EMAE), da Universidade de Federal de Santa Catarina.

Os fundamentos para a negativa de financiamento são preocupantes e refletem o clima de perseguição e censura vivenciado pelas universidades

no país: "organizadores e palestrantes de elevada relevância para comunidade de militância política na área do direito. O aspecto negativo é a necessidade de recorrer aos cofres públicos para realização de congresso que não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política. A capes não pode destinar verbas públicas para eventos, publicações ou formações de cunho político partidário".

O parecer da CAPES, ao mesmo tempo em que nega o fomento, contraditoriamente ressalta a qualidade técnica da proposta e de seus organizadores, qualidade essa inerente a um evento consolidado e que caminha para 9ª Edição.

Ao agir assim, a instituição acaba por reforçar ainda mais a natureza discriminatória, personalizada, imoral e ile-

gal da decisão em face do artigo 37 da Constituição Federal. Resta claro, portanto, que, a pretexto de não destinar verbas para eventos supostamente "de cunho político partidário", pretende em verdade sufocar qualquer pensamento que não seja o chancelado pelo grupo político que ocupa no momento o Poder Executivo, tentando assim suprimir a autonomia didática e acadêmica das universidades públicas.

Não podemos nos calar diante de tal cenário e repudiamos toda e qualquer forma de censura ao trabalho desenvolvido por profissionais das universidades públicas brasileiras que possuem reconhecimento internacional pelo trabalho de excelência desenvolvido no Brasil.

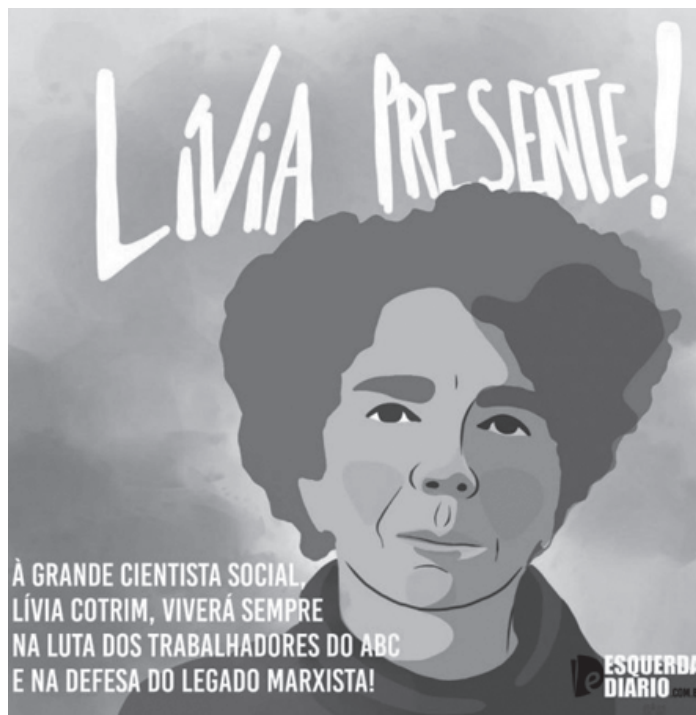
Grupo de pesquisa O Direito Achado na Rua

Livia Cotrim

Faleceu na quarta-feira, 14/8, a professora da Fundação Santo André Livia Cotrim. Defensora do legado do marxismo nas universidades, Livia Cotrim se formou doutora em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela PUC-SP. Livia lecionava na Fundação Santo André, e ministrou cursos na Cogea.

Sua presença em eventos da PUC-SP, notadamente do

Programa de História, era constante. No dia 8/5 ela participou do evento organizado pelo Nehtipo sobre o prefácio do Livro II d'O Capital. Além de uma grande lutadora, foi autora de trabalhos sobre a Revolução Russa, o populismo, as ferramentas do Marxismo, bem como obras de análise sobre as contribuições de Lenin acerca do Estado e a transição para o socialismo.



MOVIMENTOS SOCIAIS

MP da Liberdade Econômica aprofunda ataques aos trabalhadores

A Medida Provisória 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica, foi aprovada na Câmara na terça-feira, 13/8. Trata-se de um dos ataques mais violentos aos direitos trabalhistas nos últimos anos.

Sob o pretexto de diminuir a burocracia para a abertura de novas empresas a MP produz alterações que atacam os trabalhadores de todas as categorias. Entre suas muitas malvezas está o parágrafo que considera os domingos e feriados como dias normais de trabalho para todas as categorias e o direito ao descanso aos domingos será a cada quatro semanas.

Outro ponto polêmico da MP prevê que o trabalhador não precisará registrar as horas trabalhadas, devendo fazer apenas o re-

gistro das horas extras trabalhadas, mediante solicitação. A MP também retira o adicional de periculosida-

de de 30% dos motoboys.

Os partidos de oposição tentaram alterar alguns pontos da MP, mas a maio-

ria da Câmara votou pelo texto integral da medida atentatória aos direitos trabalhistas.

APROPUC e AFAPUC promovem debate sobre FGTS e Previdência

A AFAPUC e a APROPUC promoveram na sexta-feira, 10/8, o encontro Prosa ao pé do ouvido, que debateu em sua primeira versão o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a Previdência Social e o projeto Future-se.

O encontro contou com a apresentação da diretora da AFAPUC Maria Helena Soare Borges, dos advogados Francesco Scotini e Luiza Helena Galvão, do presidente da AFAPUC Nalcir Antonio Ferreira e do diretor da APROPUC



A mesa do debate Prosa ao pé do ouvido.

Urbano Nobre Nojosa.

A idéia é repetir estes encontros com outros te-

mas, principalmente em um momento tão conturbado da conjuntura nacional.

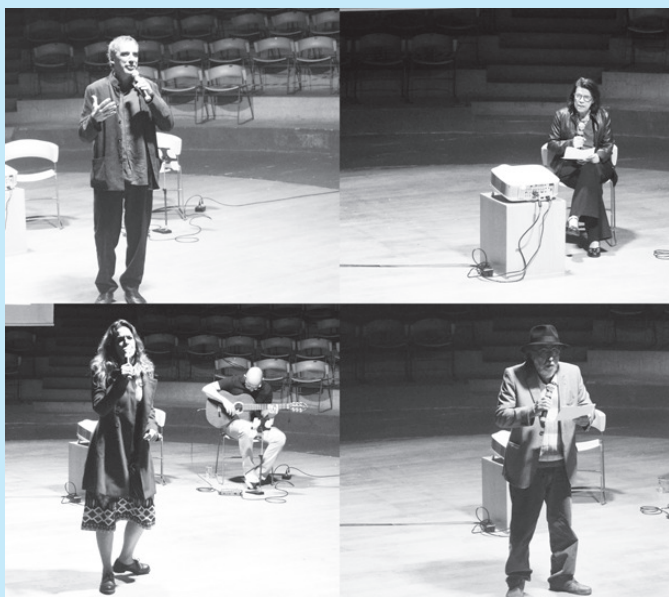
ROLA NA RAMPA

PUC-SP faz homenagem à professora Jerusa Ferreira

Na terça-feira, 13/8, no Tucarena, aconteceu uma homenagem à professora Jerusa Pires Ferreira. O evento que foi feito com a colaboração do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura: Barroco e Mestiçagem, Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP e APROPUC, teve a presença de Adriano Sousa, Amálio Pinheiro, Cecília Almeida Salles, Ênio Brito, Jurema Paes e Arnaldo Antunes.

A professora, que faleceu em abril de 2019, aos 81 anos, teve uma longa carreira acadêmica com inúmeras pesquisas e artigos sobre a cultura e

literatura popular brasileira. A ensaísta baiana também recebeu o prêmio Jabuti de literatura em 1993 pelo ensaio "Livro de São Cipriano: Uma Legenda de Massa". A noite foi vasta de apresentações artísticas e relatos sobre a professora em vida: "Jerusa esbanjava no campo, na fala e na voz, no corpo e em pensamento, a alegria de ser brasileira sendo internacional. Desdobrava uma potência natural e nativa para conviver com figuras extraordinárias no plano mundial, com quem travava amizade cotidiana até quem traduzia e publicava, e conjuntamente com pessoas de toda a instalação social", disse Amálio Pinheiro



Nas fotos acima (da esq. para a dir.) as homenagens de Arnaldo Antunes, Cecília Almeida Salles, Jurema Paes e Amálio Pinheiro

Lilia Schwarcz fala sobre o autoritarismo brasileiro

A professora do Departamento de Antropologia da USP Lilia Schwarcz estará no próximo dia 20/8, às 10h, no auditório 117-A do Prédio Novo da PUC-SP, proferindo palestra

sobre o autoritarismo brasileiro, tema de seu último livro. O evento é organizado pelo Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Sociais.

Evento com Xico Sá debate Culturas de Resistência

O departamento de Filosofia da Faficla apresentará no dia 20/8 a palestra com o jornalista Xico Sá sobre Culturas de Resistência, abordando a relação entre práticas culturais e resistências

políticas no Brasil contemporâneo, partindo de suas intervenções literárias e jornalísticas. O evento acontece no Tucarena, às 19h, sob a coordenação do professor Jonnefer Barbosa.

CACS de cara nova

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais, CACS, vai estar de cara nova nos próximos dias. O multi-artista Augustinho das Neves, juntamente com a artista plástica Sarah Nathu está mo-

dificando o ambiente do tradicional centro acadêmico refazendo a decoração com palets e outros elementos recicláveis. A inauguração acontece terça-feira, 19/8.

MUP organiza plenária

O Movimento por uma Universidade Popular (MUP), organiza no sábado, 24/8, sua segunda plenária. O evento, que

acontece na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407 tem como pauta os próximos passos por uma universidade popular.

Missa celebra 73 anos da PUC-SP

No dia 22/8, às 12h, acontece na capela da PUC-SP, no campus Monte Alegre, a missa comemorativa do 73º aniversário da PUC-SP. A missa é uma realização da Reitoria da

PUC-SP, Coordenadoria de Pastoral Universitária e Pró-Reitoria de Relações Culturais e Comunitárias e será celebrada pelo Grão-Chanceler da PUC-SP Dom Odilo Scherer.

APROPUC

LANÇAMENTO

REVISTA
CULTURACRÍTICA

30/08 19h

CULTURA NO
FASCISMO

SEDE DA APROPUC -
BARTIRA 407